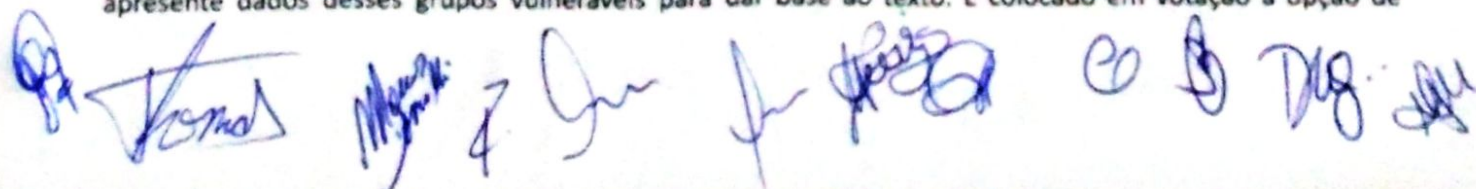
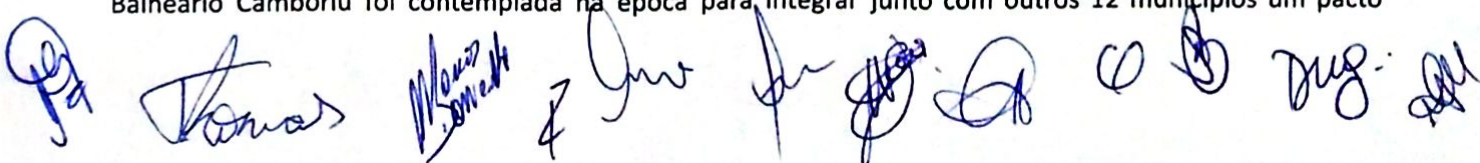


ATA Nº 07/2019 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú, localizada na Rua 1822, número 1510, neste município, os representantes do Conselho Municipal de Saúde. **Estiveram presentes os seguintes conselheiros Gestão 2019-2021:** Andressa Bertiel Willeke Hadad (Titular/Secretaria de Saúde); Mateus Canton Markoski (Suplente/Secretaria de Saúde); Suzany Olibone (Titular/Secretaria de Saúde); Ilva Martins (Suplente/Secretaria de Saúde); Gustavo Ramalho Bisi (Titular/Secretaria de Saúde); Kaita Helen Testoni (Titular/Hospital Municipal Ruth Cardoso); Otávio José Zini Vieira (Titular/Associação Amigos e Tribos); Ivana Melo Jacques (Suplente/Associação Amigos e Tribos); Wilson Reginatto Junior (Titular/Associação Amor pra Down); Karina Gonçalves dos Passos (Titular/Associação PAIS); Andréa Marcelino (Titular/Biblioteca Comunitária Bem Viver); Gévelyn Cássia Almeida (Titular/ICED- Instituto Catarinense de Esportes para Deficientes); Cleber Marques Maciel (Titular/Coopermar); Thomas Herman S. Maciel (Suplente/Coopermar); Marcos Domainski (Titular/Comunidade Terapêutica Viver Livre); Débora Candida Spagnol (Suplente/OAB - 15ª Subseção); Dineusa Aparecida Souza (Titular/NUCRESS - Vale do Itajaí); Cinira Gomes (Titular/CREFITO 10ª Região); Maristela Vieira (Suplente/CREFITO 10ª Região); Claudemir Gonçalves (Titular/CRP 12ª Região); Débora Guimarães (Titular/Conselho Regional de Nutrição - CRN10). Contando com a presença de **outros representantes:** Ketlin da Rosa Talevi (Casa dos Conselhos); Soraia Queiroz (Secretaria de Saúde); Priscila Teixeira (Secretaria de Saúde); Andrea Bittencourt (Secretaria de Saúde); Claudia Sp; Marcelo dos Santos (HM Ruth Cardoso); Fernando (HM Ruth Cardoso); R. K. Knoll (Secretaria de Saúde); Grey R. Filippi (Secretaria de Saúde) e Scheila Fernandes (Secretaria de Saúde). Após finalizada a reunião da eleição, é dada início a esta reunião. O anterior Presidente Celso agradece a todos e à Direção da Casa dos Conselhos pelo apoio durante toda a gestão, e por estar sempre à disposição ajudando muito também no fórum das entidades e no dia a dia. Diretora Ketlin agradece pela confiança depositada no seu trabalho e agradece a todos da gestão anterior. Após, fala da Lei do COMUS, que é do ano 91, que foi atualizada em 2015, em que sofreu uma mudança para realização do fórum, o qual deveria ter sido realizado em 2015 e não foi, sendo realizado o ano passado, quando foi identificada essa necessidade. Logo, faz um pedido ao novo conselho, que é revisar toda a parte de legislação, Regimento Interno, porque todo trâmite de funcionamento legal está baseado nessa legislação, que é antiga e está defasada, e não está plenamente regular com o Conselho Nacional, pois as orientações dele são outras e isso prejudica o andamento do conselho. Finalmente coloca a Casa dos Conselhos à disposição e expressa que neste momento devem estar focados na Conferência, mas que, depois de passado o momento da Conferência e do Plano Municipal, espera que possam, em conjunto, revisar toda essa parte legal e sugere a Secretaria de Saúde trazer uma formação para passar aos novos conselheiros, pois considera necessário um maior conhecimento do funcionamento legal do Sistema Único de Saúde, então fica o pedido da Casa dos Conselhos para organizar em conjunto essa formação. Sr. Celso expressa que sente que fizeram sua função com suas limitações mas com muita boa vontade e com o apoio de todos os conselheiros e se despede agradecendo, deixando um abraço para todos e desejando uma ótima gestão. Celso se retira sendo aplaudido por todos. Inicia-se então a análise do bloco 1 do Plano Municipal de Saúde, conforme a divisão acordada na reunião do dia primeiro de abril. Conselheiros entendem que os dados demográficos estão postos e não há o que corrigir, o conselheiro Otávio apenas ressalta que quanto as diretrizes é essencial que se discuta, e a conselheira Dineusa chama atenção aos grupos vulneráveis. Andrea Bittencourt da Secretaria de Saúde, que inicia a apresentação do plano, ressalta que a questão LGBT levantada por Otávio já possui um trabalho para este público, inclusive no CISS. Otávio questiona por que essa população prefere ir lá ao invés de ir no posto de atenção básica. Andrea responde que lá eles fazem um trabalho de saúde educativa. Otávio reforça o pedido de inclusão do grupo, pois em outras gestões toda vez que se buscava alguma parceria com o Ministério de Saúde para população trans, a justificativa dada é de que não estaria na diretrizes do plano municipal de saúde. A presidente Suzany sugere pegar a documentação sobre a população trans com o conselheiro Otávio para dar fundamentação nas diretrizes, pois entende ser importante incluir esses grupos. Contudo, em sua análise os grupos de mulher, criança e idoso já está contemplado em outras ações. A Presidente pede ao Otávio e a Gevelyn que apresente dados desses grupos vulneráveis para dar base ao texto. É colocado em votação a opção de



incluir outros segmentos nos grupos vulneráveis do plano municipal, já a partir das diretrizes e se estendendo então por todo o documento, é aprovado por unanimidade. O conselheiro Thomas explica que os catadores apesar de ter acesso, tem dificuldades em chegar até a rede. Também explica que muitos catadores se ferem ao fazer o recolhimento dos materiais. Ainda explica, que o termo correto é catador de materiais recicláveis ou dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos, também pode ser reconhecido como agente ambiental. Andrea explica que as vulnerabilidade citadas no documento são relativas ao ambiente como um todo, sugere que seja colocado esse atendimento especializado em outros tópicos, pois eles inclusive tentaram buscar dados dessa população, quem são, onde residem, e pretende-se colocar em áreas específicas. O conselheiro Wilson diz que não tem como considerar a pessoa com deficiência como uma etnia. Andrea faz questão de ressaltar a questão quilombola que segue um roteiro traçado a partir de legislação específica. Exemplifica dizendo que receberam uma demanda para receber um odontomóvel específico para população quilombola, contudo como não havia registro dessa população, foi trazido ao conselho, e na época não tinha o registro final e não puderam trazer o recurso. Mas ressalta que há populações específicas com dotação e recursos específicos e pontuais. E agora sim, o quilombo de Balneário Camboriú já tem o reconhecimento. Andrea ressalta que seria importante ter um plano municipal voltado a população LGBT, até por que o acompanhamento precisa de técnicos específicos e hoje o acompanhamento de referência é Porto Alegre. Há um questionamento de Otávio quanto ao tratamento hormonal de que não estaria atendendo e que por isso alguns casos estariam sendo judicializados. Andrea explica que cabe ao Estado, e que o encaminhamento é feito pelo TFD e que precisam então ajustar as políticas para melhorar esse fluxo de encaminhamento. Por fim deliberou-se que no item 1.3.2, grupos vulneráveis, entrem ainda: LGBTQI, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, assentamentos e outros grupos vulneráveis. O conselheiro Thomas faz a defesa para incluir a classe dos catadores de materiais recicláveis que tem necessidades específicas. O conselheiro Wilson também questionou se as entidades da pessoa com deficiência devem encaminhar seus dados, aos que os conselheiros concordam. A conselheira Gevelyn pede que seja aberto subitens com especificidade de cada um desses grupos. Ficam então os conselheiros Otávio, Wilson e Gevelyn de encaminhar dados desses grupos vulneráveis por email para Andrea. O conselheiro Thomas reforça ainda que o catador está diariamente acessando materiais e se ferindo, se perfurando com agulha, por exemplo. E defende ser importante incluir por ter um nível de vulnerabilidade maior, pois tem demandas pontuais. Entendeu-se que os catadores assim como os pescadores artesanais são categorias profissionais, mas são pessoas em situação vulnerável na maioria das vezes. Otávio explica que estão tratando de grupos populacionais e não grupos profissionais, então as duas categorias referidas não poderão entrar nesse momento do plano, mas constarão na atenção básica e no item saúde do trabalhador, e assim aprovaram o encaminhamento pela maioria dos conselheiros. A Presidente ressalta que o debate irá até as 16 horas, e que os demais questionamentos ficarão de ser enviados então por email. Andrea questiona se alguém anotou algo sobre os aspectos socioeconômicos. Otávio ressalta a questão do número de atendimento que tem uma escalada exorbitante. Dineusa pede para corrigir o item 1.3.2 da cultura que seria 1.4.4, na página 54. Otávio pede revisão na página 88; faz ressalva da página 102, e pede que se reveja a redação, o que é aprovado pelos demais. Já na página 109, pede atenção as tabelas de número 34 e 35, percebe que entre os anos está havendo decréscimo das vacinas e questiona o que levou a isso. Andrea explica que nos anos anteriores a 2017, o existia um sistema municipal e que os dados não eram repassados adequadamente para o registro nacional do SUS. Mas isso não quer dizer que o município não vacinava, mas que a informação que ia para o Ministério da Saúde tinha problemas, e no plano a fonte utilizada deve ser o DataSus, mas isso essa problemática dos sistemas foi resolvida em 2018, a partir de então o conselho poderá acompanhar e perceber que os números nos pactos já subiram. Ficou-se acordado que irá constar a explicação desses dados inclusive sobre essa transição dos sistema. Andrea explica que na página 110 há uma redação com relação a isso, mas que é possível melhorar esse texto para dar mais clareza. Sugere-se inclusive que seja colocado um *apud* juntos as tabelas dizendo onde estará essa justificativa. A Presidente abre então a palavra Jacheline. Explica que veio trazer um pouco do programa HIV/AIDS. Trazer um pouco da trajetória, pois em 2017, quando assumiu a coordenação do programa, iniciou uma reestruturação. Balneário Camboriú foi contemplada na época para integrar junto com outros 12 municípios um pacto



interfederativo, que significa que está entre os 12 municípios catarinenses entre os agravos de HIV. Esses municípios juntos construíram um plano para atuar na prevenção, onde foi disponibilizado um recurso pactuado para ajudar nas ações. Ela explica algumas das ações que colocaram em prática, como o teste rápido para o diagnóstico, e que isso foi baseado no Ministério de âmbito nacional, em políticas públicas que tem por base as oito ações combinadas de prevenção. Campanhas de ruas, projeto educa vida, todos são parte dessas oito ações, que estão no plano feito pelos municípios e tem média de duração de dois a três anos até ser renovado. Explica que havia o teste rápido na rede cegonha e que foi ampliado para a população em geral, em todas as unidades com agendamento, além do CTA, das 7 da manhã às 18h, especialmente no horário de meio dia para atender os trabalhadores. Para avançar mais, as unidades com os horários estendidos também tem a opção do teste rápido. No CTA os números foram de 428, para 680 no início e agora estão com uma média mês de 720. Foi questionado os números da atenção básica, que não tinha para ser apresentado no momento. A presidente Suzany disse que já começaram a pensar como levar para atenção básica a livre demanda também. Jacheline explica ainda que há também treinamentos constantes por parte do CTA. E afirmou que as campanhas estão sendo intensificadas carnaval, em baladas, semanas de prevenção. Disse que o município já é referência na oferta da profilaxia pós exposição. Também foi um dos quatro municípios do estado que pactuou a questão da PREP, que é a profilaxia pré exposição, hoje serão contemplados quatro critérios específicos para isso reestruturaram o serviço para ofertá-lo. Para isso, explica que precisam do acolhimento, porta de entrada, o médico, o psicólogo, por isso ampliaram a carga horária, e contam com mais um infectologista. O conselheiro Wilson questionou se há trabalho nas escolas. Ela respondeu que reestruturaram em 2017 o Educa Vida, que há algum tempo não mais acontecia. Toda a gestão da educação foi mobilizada para ajudar na construção do projeto, foram seis meses só na parte de planejamento para que ele pudesse funcionar com a participação da comunidade escolar, com formulários solicitando temas. Suzany pede que essas estruturas sejam passadas para a Andrea incluir no plano. Otávio pede a palavra para parabenizar a Secretária Andressa por optar por uma coordenação de CTA com formação em psicologia, pois muda muito a visão do trabalho segundo o conselheiro. Otávio ainda questiona a vacinação de HPV, ao qual é informado que esta baixa. A conselheira Gevelyn explica que na próxima semana em virtude do trabalho não conseguirá comparecer a reunião, mas que notificou o suplente doutor Felipe, mas queria colocar se houver a possibilidade nesse plano ser contemplado um planejamento estratégico com uma rede articulado, e que tem uma legislação de 2017 que é o cadastro inclusão da pessoa com deficiência, e que seria importante para gerar dados sobre a pessoa com deficiência, se ela está referenciada minimiza muitos os problemas, e pede uma atenção especial a comunidade surda que tem tanta dificuldade de comunicação. Andrea disse que já sentou com a atenção básica para buscar essa identificação. Mas Gevelyn ressalta que agora é lei e está em construção e pede que haja diálogo com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que tem como presidente a psicóloga Jéssica. E a presidente Suzany ressalta que este cadastro deve ser construído em parceria com as demais secretarias. Ainda informa que o link para inscrição da conferência está aberto e pede para divulgar e que todos se inscrevam. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerra a reunião e eu, Ketlin da Rosa Talevi, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais.

